

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que apresentamos ao público o segundo número, de 2013, da Revista Pegada. Uma publicação do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT) está completando 14 anos de seriação, sendo que nesse período divulgamos artigos e pesquisas sobre Geografia do trabalho e áreas afins, consagrando essa linha de investigação.

Para o volume 14, número 2, do ano de 2013, contamos com 10 artigos de pesquisadores de diferentes instituições brasileiras.

No primeiro texto, Antonio Thomaz Junior traz uma contribuição relacionada às pesquisas recentes que estão sob sua responsabilidade, por meio das quais têm conseguido avançar entendimentos sobre o conceito de movimento territorial de classe, que em suas palavras, é “a expressão geográfica da plasticidade do trabalho”.

O segundo artigo, de autoria de André Luis Amorim de Oliveira e Marcelino Andrade Gonçalves, traz reflexões sobre a centralidade do trabalho no contexto da mundialização da crise estrutural do capital e como o trabalho continua sendo uma categoria social de análise fundamental à ciência geográfica e especificamente à Geografia do Trabalho.

A terceira contribuição, de Solange Queiróz Ribeiro e Marcelo Dornelis Carvalhal, versa sobre a organização do trabalho em cooperativas de reciclagem nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu no estado do Paraná, buscando entender a dinâmica geográfica do trabalho na catação de resíduos.

A organização da greve dos ferroviários de 1906 é assunto do quarto artigo de autoria de Amir El Hakim de Paula, no qual o autor ressalta a importância de mecanismos territoriais (rede solidária de entidades sindicais como as ligas operárias e federação operária) como uma forma dos trabalhadores melhor articularem o movimento pelas várias cidades abrangidas pela malha ferroviária da Companhia Paulista.

No quinto artigo, Ideni Terezinha Antonello discute a relação entre a reestruturação produtiva e as formas de “requalificação” do trabalhador, analisada pela via de políticas públicas como o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR). A defesa da autora é que o debate em torno da ampliação da participação da sociedade na definição e gestão de políticas públicas deve se pautar em uma dinâmica da reorganização socioespacial assentada em maior equidade e justiça social.

A sexta contribuição de Marcos Antonio de Souza foca a intensificação e precarização das relações sociais de produção, que é evidenciada pela superexploração do trabalho, nos canaviais do Norte do Paraná. A defesa do autor é que a rentabilidade do agronegócio não tem se traduzido em melhorias nas condições de vida dos trabalhadores nas porções geográficas nas quais se territorializa.

A organização do trabalho na economia solidária seus desafios e limites é assunto do sétimo artigo de autoria de Marcos Roris Severino, Farid Eid e Caio Luis Chiariello. Os autores procuram mostrar no texto as fragilidades dos modelos flexíveis de organização do trabalho e apresentar, através de um estudo de caso, as potencialidades do modelo de organização autogestionária que atuam na economia solidária, mesmo diante da dificuldade no rompimento do padrão clássico de organização do trabalho.

No oitavo texto, Fagner Guglielmi Pereira procura desenvolver uma análise sobre as condições de trabalho e vida de operários vinculados à fábricas de alimentos no Oeste do Paraná. O objetivo do texto é problematizar a concepção dominante na região de que tais indústrias significariam o “progresso econômico” através das narrativas e experiências de vida e trabalho de jovens trabalhadores nestas fábricas.

A contribuição de autoria de Rodrigo Rocha Monteiro versa sobre os impactos dos projetos turísticos em comunidades tradicionais, focando em algumas áreas de Faxinais. O autor problematiza que dessa forma as áreas destas comunidades passam a ser incorporadas à lógica da mercadoria e seu modo de vida passa a ser valorizado como “mercadoria turística”.

Por fim, Bruna Garcia Eskinazi e José Gilberto de Souza tratam da especialização produtiva e homogeneização territorial através da expansão do monocultivo de eucaliptos destinado à produção de celulose na região do Vale do Paraíba. Os autores alertam que tal especialização produtiva tem acarretado a diminuição da diversidade produtiva e da produção de alimentos bem como tem causado a expropriação do campesinato, transformando as relações de trabalho.

Assim, esperamos que essa publicação da ***Pegada*** contribua para o debate crítico imprescindível para a construção de alternativas societárias frente à barbárie imposta pelo sociometabolismo do capital.

A todos desejamos uma ótima leitura!

Os Editores